

“O marxismo não é um historicismo”: acertos e limites de uma tese althusseriana

MAURÍCIO VIEIRA MARTINS*

Em 1965, foi publicada na França a obra coletiva *Ler o capital*, com artigos de Louis Althusser, Étienne Balibar, Jacques Rancière e outros. Nela, havia um capítulo de autoria de Althusser que nos interessa mais de perto, intitulado “O objeto de *O capital*”; sua quinta seção recebeu o nome de “O marxismo não é um historicismo”. Foi nesse texto que Althusser se propôs a diferenciar a abordagem marxiana do que ele nomeava como historicismo. Dada a pluralidade de interpretações contemporâneas sobre o que seja um historicismo, convém desde já esclarecer que, para o filósofo francês, trata-se sobretudo de uma filosofia da história de cunho hegeliano, que interpretava o momento presente como o desenvolvimento de uma forma simples originária que já conteria em germe o seu desenvolvimento posterior. Teleológico por excelência, tal historicismo teria se infiltrado em certos setores do marxismo, cujo erro fundamental seria conceber:

toda a história econômica (ou outra) como o desenvolvimento, no sentido hegeliano, de uma forma simples primitiva, originária, por exemplo, o valor, imediatamente presente na mercadoria e para ler *O capital* como uma *dedução lógico-histórica* de todas as categorias econômicas partindo de uma categoria originária. [...] nos encontramos, assim, diante uma obra em essência hegeliana. (Althusser, 1969, p.137; grifos no original)

Althusser prossegue sua argumentação lembrando que o historicismo hegeliano afirma a existência de um saber absoluto, que se constitui quando os con-

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

ceitos finalmente recobrem e coincidem com a própria realidade. A condição de possibilidade desse saber seria a peculiar circunstância de as próprias categorias de análise, a partir de um certo momento histórico, passarem a existir “em estado de realidades empíricas” (Althusser, 1969, p.136). Althusser identifica em algumas passagens do próprio Marx tal traço hegeliano, citando a *Introdução à crítica da economia política* (ao afirmar que a categoria “trabalho em geral” existe na própria realidade da sociedade burguesa) como corroboração de sua leitura. Discutiremos mais adiante esse ponto; por ora, cabe frisar que, no entendimento do filósofo francês, a partir de tais enunciados mais ambivalentes do próprio Marx, vários autores incorreram nessa visão historicista. A argumentação polemiza particularmente com A. Gramsci, que teria acarretado grande prejuízo para uma apropriação mais contemporânea do pensamento marxiano. Por tal razão, Althusser reitera seu projeto de uma *leitura sintomática* de Marx, que elaboraria a partir de uma problemática estrutural, em que a afirmação da sincronia – presente num todo complexo em que as relações “coexistem simultaneamente, sustentando-se umas às outras” –¹ predomina sobre a diacronia desse todo, constituindo assim uma problemática bem distinta do historicismo.

Hoje, passados mais de quarenta anos da publicação do texto althusseriano, podemos dizer que ele nos apresenta um núcleo temático que sem dúvida merece nossa atenção: a importância crucial de se diferenciar o marxismo de uma abordagem historicista de cunho hegeliano. Diríamos que, até por uma questão de probidade intelectual, é preciso reconhecer a pertinência do alerta. Contudo, ao mesmo tempo que Althusser nos deixou um clamor relevante, deixou-nos também uma tácita disjuntiva que findou por se revelar insidiosa para a pesquisa posterior. Muito resumidamente falando, tal disjuntiva nos sugere que: ou se faz uma análise predominantemente histórica, ou então se faz uma análise estrutural, tal qual a proposta pelo próprio Althusser. Para aqueles leitores que considerem tal formulação muito forte, convém ouvir as próprias palavras do filósofo ao referir-se à importância da visada sincrônica por ele proposta:

O que é visualizado pela sincronia nada tem a ver com a presença *temporal* do objeto como *objeto real*, mas sim, pelo contrário, concerne a um outro tipo de presença e à presença de *outro objeto*: não à presença temporal do objeto concreto, não ao tempo histórico da presença histórica do objeto histórico, mas sim à presença (ou “tempo”) *do objeto de conhecimento da análise teórica mesma*, a essência *do conhecimento*. (Althusser, 1969, p.118; grifos no original)

O objetivo do presente artigo é sustentar que é possível desenvolver uma interpretação de Marx na qual se visualize uma coexistência produtiva (e não

1 Althusser aprecia especialmente essa formulação do próprio Marx, que pode ser encontrada em *A miséria da filosofia* (Marx, 1982, p.107).

uma disjuntiva) entre a dimensão histórica e, se quisermos usar os termos althusserianos, aquela estrutural e sincrônica de uma sociedade capitalista. Mas, para tanto, será preciso explicitar de forma segura em que nível de análise nos situamos exatamente. Dito de outra forma: ainda que possam ser diferenciadas, as teorizações histórica e sistemática guardam uma relação íntima que, em nosso entendimento, a formulação althusseriana não conseguiu acolher da melhor forma. Se tal enunciado, assim formulado, pode parecer de maior aceitação em nosso presente momento, bem mais difícil é fundamentá-lo nos textos do próprio Marx (que apresentam uma conhecida polissemia que gerou escolas muito distintas de interpretação) e daí extrair suas diferentes consequências que, adiantamos desde já, não são apenas teóricas mas também políticas.

Com efeito, embora de início o debate sobre o lugar ocupado pela história no pensamento de Marx – e nosso primeiro passo será precisamente definir o que o autor entende por *história* – possa parecer apenas teórico, logo veremos que ele tem consideráveis consequências no que diz respeito ao entendimento e à ação sobre o mundo em que vivemos. Pois a ênfase unilateral no passado de uma dada formação social finda por obscurecer o entendimento daquelas determinações mais contemporâneas, que apresentam uma lógica própria e demandam, no plano da ação política, uma intervenção precisa. Reciprocamente, uma secundarização pura e simples da dimensão histórica na qual estamos imersos, em nome das chamadas determinações estruturais ou sistemáticas, finda por involuntariamente conduzir seus seguidores a uma eternização do momento presente e, o que é talvez mais grave, a esvaziar as possibilidades de uma ação política transformadora.

Mas para ser possível o desenvolvimento adequado dessa hipótese, será necessário apresentar previamente uma questão que subjaz a todo o debate: qual é, afinal, a concepção de história em Marx? Não sendo tão transparente como de início pode parecer, tal concepção demanda ser suficientemente esclarecida. Será ela, aliás, que nos permitirá abordar, no momento seguinte, a articulação tensa entre sincronia e diacronia – para usarmos novamente aqui categorias as quais Althusser recorreu – na concepção de mundo marxiana.

Uma última observação introdutória: *embora a tese althusseriana tenha nos fornecido o título do presente artigo, logo ficará claro para o leitor que o filósofo francês não é aqui nosso tema principal. Mais do que uma apreciação sobre ele, buscou-se fazer um debate temático.* No fundo, o que de fato nos interessa aqui é tornar mais transparente, num primeiro momento, a concepção de história em Marx, para logo em seguida examinarmos como ela se articula com o presente de uma sociedade capitalista. Essa articulação tensa é o verdadeiro objeto de nossa investigação.

O conceito de história em Marx

Definido este escopo, nosso primeiro passo será o esclarecimento prévio da concepção de história em Marx. E não resta dúvida que é longo o debate no

campo marxiano a fim de corretamente determinar tal concepção: pelo menos dois textos distintos costumam dividir a tomada de posição dos comentaristas. Um deles é o “Prefácio” à *Contribuição à crítica da economia política*. Nesse texto de síntese, Marx apresenta a contradição entre forças produtivas materiais e relações de produção como o motor fundamental das transformações históricas:

Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. (Marx, 1977, p.24-25)

Uma ilustração dessa contradição pode ser encontrada ao final da Idade Média europeia, quando a estreiteza das relações de produção vigentes nas corporações medievais tornou-as obsoletas diante do crescimento das forças produtivas trazido pelas manufaturas (que demandavam escoamento de sua produção em novos mercados). Mas qual seria a articulação possível entre essa teoria das transformações históricas, enunciada no “Prefácio”, com aquela presente no que é talvez o segundo texto mais citado nesse debate, o *Manifesto do Partido Comunista*? Pois, conforme é sabido, nesse último afirma-se que “a história de todas as sociedades até os nossos dias é a história das lutas de classes” (Marx, 1976, p.482).

A consideração cuidadosa dos dois textos nos mostra que não é preciso postular a vigência de duas teorias da história distintas em Marx, até porque a análise da superação das corporações medievais pelas manufaturas pode ser encontrada precisamente numa passagem mais avançada do próprio *Manifesto* (sem contradizer, portanto, seu enunciado inicial acerca da presença constitutiva da luta de classes nos processos históricos). Tudo indica então que, ao invés de duas teorias distintas da história, teríamos antes uma só, bastante complexa, que comporta níveis distintos de abstração:² o “Prefácio” operaria num plano mais geral de síntese, que, quando examinado nas formações sociais concretas, necessariamente incorpora o conflito entre as classes como momento incontornável da contradição entre forças produtivas e relações de produção. Assim, o conflito entre proprietários e não proprietários dos meios de produção – fortemente enfatizado no *Manifesto* – pode ser legitimamente interpretado como situado no âmbito da articulação contraditória entre relações de produção e forças produtivas existente no interior da estrutura econômica, tal como formulada tanto no texto de 1848 como no de 1859.

2 Percorrendo trajeto distinto do nosso, também Gerald Cohen considera apressada a suposição de que “um crítico poderia dizer, portanto, que Marx possui mais de uma teoria da história” (Cohen, 2010, p.71).

Contudo, ao invés de desdobrar essa rica discussão no presente artigo, optou-se por seguir aqui um outro caminho, que é talvez mais produtivo para nossos objetivos. Pois o fato é que, em *A ideologia alemã*, existem indicações que, a nosso juízo, merecem atenção mais detalhada. Elas nos interessam por mostrarem Marx recusando, já num texto de juventude, a teleologia histórica presente nas abordagens de inspiração hegeliana. Situando-se num nível de abstração intermediário entre o “Prefácio” e o *Manifesto*, veremos que *A ideologia alemã* nos fornece elementos fecundos para a polêmica com o historicismo.³ Com efeito, ao explicitar suas divergências com os filósofos neo-hegelianos, *Marx se pronuncia nesse texto contra uma certa concepção de história como um sujeito dotado de vontade, uma espécie de pessoa que existiria ao lado de outras pessoas*. Diferenciando-se de tal concepção, o que é afirmado é o caráter mundano da experiência histórica: nas suas próprias palavras:

A história não é senão a sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que a precederam, e que por isso continua, portanto, por um lado, em circunstâncias completamente mudadas, a atividade transmitida, e por outro lado modifica as velhas circunstâncias. [...] o que permite a distorção especulativa de fazer da história posterior o objetivo da anterior, por exemplo, colocar como subjacente ao Descobrimento da América o objetivo de proporcionar a eclosão da Revolução Francesa. (Marx; Engels, 1981, p.47-48)

A passagem é particularmente fecunda: ao rejeitar a visão antropomórfica de história (a história como “uma pessoa a par de outras pessoas”), Marx a devolve a seu solo fundante: trata-se de uma concatenação temporal constituída pelas diferentes gerações de seres humanos, que se relacionam entre si e com a natureza. É certo que nosso autor bem sabe da existência anterior de uma história não humana (ele que vai receber, anos depois, de forma afirmativa a obra seminal de Darwin, *A origem das espécies*). Mas a história natural que precede a existência humana não é o objeto da investigação de Marx, que se concentra nas imensas transformações trazidas pelos homens sobre a natureza, que já não pode mais ser visualizada sem essa decisiva intervenção.

Pois bem, definida a história humana como o transcurso das diferentes gerações ao longo do tempo, numa relação com a natureza e também no interior dos agru-

3 O leitor que conhece Althusser notará que não estamos seguindo sua periodização da obra marxiana (sustentada mesmo nos *Elementos de autocrítica*). O filósofo francês afirma existir um corte epistemológico em seu interior, dividindo o jovem Marx do Marx da maturidade (Althusser, 2000, p.81-90). Embora reconheçamos diferenças importantes no trajeto do filósofo alemão, concordamos a esse respeito com István Mészáros que, diferentemente de Althusser, sustenta que é possível e necessário estabelecer-se uma relação afirmativa com os textos da juventude de Marx (Mészáros, 1981, p.197-205).

pamentos humanos, surge a pergunta que é para nós fundamental: existiria nesse processo, como desejava o historicismo hegeliano, uma teleologia, entendida como finalidade inscrita no interior mesmo desse devir? Ou ainda: seria correto afirmar, ainda que de forma lata, que a história anterior tem como objetivo a posterior?

A resposta de Marx a tal questão é um seguro *não*, tal como nos mostra o seu conciso exemplo sobre a relação entre o Descobrimento⁴ da América e a Revolução Francesa. Pois se desdobrarmos tal exemplo, poderemos distinguir pelo menos dois níveis distintos no âmbito da causalidade histórica. No primeiro deles, ao se analisar os processos causais que levaram ao eclodir da Revolução Francesa, é legítimo incluir-se o Descobrimento da América como um deles. *Há portanto uma concepção de processo histórico em Marx, que pode ser aproximado de uma série causal não linear, complexa, passível de ser conhecida*. Reiteramos: passível de ser conhecida, pois como Marx não cinde o objeto real do objeto do conhecimento, a possibilidade de uma ciência da história se funda numa racionalidade existente no próprio fenômeno objetivo, e não apenas num construto teórico isolado pelo cérebro do pesquisador. Embora o decurso real e o teórico sejam distintos, eles estão interligados pela tese materialista fundamental da determinação da consciência pelo ser.⁵ Tal concepção é sem dúvida diferente de algumas abordagens contemporâneas – dotadas de muito prestígio... – que concebem o transcurso temporal como um conjunto de fragmentos aleatórios, de eventos isolados que não guardam nenhuma relação interna.

Ao fazermos a indispensável afirmação da existência de um processo histórico inteligível, somos obrigados – e aqui se insere o segundo registro a que nos referimos, também presente em *A ideologia alemã* – a fazer uma decisiva ressalva: não há uma finalidade presidindo o processo, ele se constitui apenas a partir de concatenações causais. Mas essa sóbria afirmação de uma concatenação causal sem escopo prévio não satisfazia a então predominante perspectiva teleológica, que preferia ir bem mais além e afirmar que havia uma finalidade oculta, para retornarmos ao nosso exemplo, no fenômeno de 1492, que propiciaria a eclosão, séculos depois, da própria Revolução Francesa. É precisamente contra este erro teleológico que se endereça o alerta de Marx.

Em termos mais conceituais, diríamos então que *de uma concatenação de causas eficientes – o processo histórico propriamente dito – não é possível extrair uma causa final, já que essa última – a causa final – foi definida classicamente envolvendo a presença de um sujeito que se põe finalidades*. Ora, é precisamente esse sujeito onisciente que não existe no processo histórico real – sucessão de

4 Ou o *achamento* da América, diriam os historiadores de hoje (buscando evitar um possível eurocentrismo), ressalva terminológica que em nada compromete o cerne do argumento aqui desenvolvido.

5 Nesse aspecto em particular, parece-nos que Althusser cindiu em demasia o chamado objeto real do objeto do conhecimento, sob o argumento de que seria um “empirismo” confundi-los. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

gerações de seres humanos em relação entre si e com a natureza, nas palavras de *A ideologia alemã* –, a não ser que invocássemos a figura do Espírito hegeliano, sofisticada tradução filosófica, no entendimento de Marx, do Deus da teologia judaico-cristã.

Por outro lado, ainda que o processo histórico mais geral não possua um objetivo predeterminado, é verdade que a ação individual de cada ser humano (ou mesmo de uma classe social) envolve a postulação de finalidades, pois persegue(m) objetivos a serem alcançados. Basta recordar a experiência cotidiana do trabalho humano – categoria reconhecidamente fundamental no pensamento de Marx –, para constatar a referida postulação. No conhecido exemplo de *O capital*, mesmo o pior arquiteto “figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (1980, p.202), e isso o diferencia de outros animais como aranhas ou abelhas, que operam apenas instintivamente. (Exemplo instrutivo, aliás, para aqueles que supõem que o materialismo de Marx esvazia de importância o papel da consciência humana.) Com efeito, nossa espécie consegue transformar a causalidade natural – ancestral conjunto de processos e transformações sem finalidade – numa causalidade marcada por desígnios humanos e, como tal, infletida por uma figuração ideal. Mas não é apenas no âmbito estrito da experiência do trabalho que tal transformação ocorre: também na vida cotidiana, ou ainda na ação política, grupos de seres humanos agem buscando alcançar finalidades, sejam elas ligadas a interesses econômicos ou mesmo às ações orientadas de nosso cotidiano. O ponto que desejamos colocar em evidência é *que é um erro transpor-se as categorias explicativas do processo de trabalho ou da ação humana cotidiana para o âmbito macro-histórico*. Pois se no primeiro caso a atividade transcorre sob a égide de uma causalidade de fato marcada por uma teleologia, o mesmo não ocorre, como vimos ainda há pouco, no processo histórico como um todo.

Não seria, contudo, uma contradição afirmar que os homens agem perseguindo finalidades, e que, ainda assim, a história humana não é teleológica? De forma alguma. Basta lembrar que, na concepção marxiana, a partir da atividade dos diferentes grupos humanos emerge uma realidade bem distinta daquela intentada pelos seus agentes. Seja na formação de um ente singular, o capital (que adquire uma lógica própria de expansão), seja nos conflitos entre as classes sociais, vale aqui lembrar uma das cartas de F. Engels a Bloch, que ressalta com clareza a imprevisibilidade do curso histórico assim constituído:

a história é feita de tal forma que o resultado final sempre surge de conflitos entre muitas vontades individuais [...]. Assim, há inúmeras forças cruzadas, numa série infinita de paralelogramos de forças que dão origem a uma resultante – o acontecimento histórico. Isso pode ser visto em si como o produto de um poder que funciona como um todo, inconscientemente e sem vontade. Por que aquilo que cada vontade individual deseja é dificultado por todas as outras, e o que emerge é algo que ninguém desejava. (Engels, s.d., p.285)

“O marxismo não é um historicismo”: acertos e limites de uma tese althusseriana • 73

Chegando nesse momento da argumentação, poderíamos legitimamente nos indagar se Marx e Engels não incorreram nessa visão teleológica que eles mesmos rejeitam. Teriam razões aqueles críticos que afirmam que a concepção mais geral de história dos autores é afinal uma nova forma de teleologia?⁶ A questão merece exame. Com efeito, é possível localizar-se nos autores momentos em que – diferentemente daquele já analisado argumento de *A ideologia alemã* – afirma-se, por exemplo, um vínculo muito forte entre a sociedade capitalista e o advento de uma futura sociedade socialista, a ponto dessa última poder ser interpretada como uma finalidade da primeira.

Tomemos, a título de exemplo, os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Neles, ao referir-se a uma futura sociedade comunista, Marx afirma que “É [o comunismo] o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução” (Marx, 2004, p. 105). Ora, um enunciado que afirma existirem enigmas na história, que encontrarão sua solução apenas no momento da meta realizada, caminha próximo a uma concepção finalista tributária de Hegel. E para que não se diga que tal é uma vertente argumentativa localizável apenas na juventude de Marx, podemos citar também o capítulo 24 de *O capital*, no qual após fazer uma análise da violência presente no processo de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, nosso autor apresenta nos seguintes termos o futuro advento de uma sociedade socialista, que entende estar bem próximo:

Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados. [...] a propriedade privada capitalista é a primeira negação da propriedade individual baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista gera sua própria negação, com a fatalidade de um processo natural. É a negação da negação. (Marx, 1980, p. 881)

Ao invocar a fatalidade de um processo natural, Marx torna-se vulnerável àquela mencionada crítica que entende ser sua concepção uma versão materialista da filosofia da história de Hegel (esta sim, reconhecidamente teleológica). Possibilidade de leitura que se vê reforçada pelo uso do conceito hegeliano de “negação da negação”.

Porém – e tal é o ponto verdadeiramente decisivo, sobre o qual toda a ênfase é necessária –, o fato é que quando se percorre um conjunto mais extenso de textos de Marx, ele próprio nos fornece os elementos para superarmos essa interpretação finalista. Essa última ocorre principalmente nos momentos em que Marx protesta contra a vulgarização de seu pensamento – ele que já havia afirmado que “tudo que eu sei é que não sou marxista”... Exemplar, a esse respeito, é a carta de novembro de 1877 endereçada ao editor do periódico russo *Otecestvenniye Zapisky*.

6 Os textos de L. Kolakowski constituem talvez o exemplo mais conhecido – e, ao mesmo tempo, a versão mais caricatural – dessa crítica (Kolakowski, 2005).

Na missiva, Marx diverge frontalmente da interpretação dada por um articulista daquele periódico, que generalizava indevidamente suas hipóteses sobre o processo de transição de uma sociedade feudal para a sociedade capitalista na Europa Ocidental, transformando-as numa espécie de tendência transistórica. A passagem em questão nos interessa diretamente, pois oferece elementos adicionais quanto à concepção marxiana de história:

Ele [o meu crítico] se sente obrigado a transformar meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental numa teoria histórico-filosófica da *marche générale* imposta pelo destino a cada povo, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas em que ele se encontra, de modo que se possa finalmente chegar à forma de economia que assegura, com a maior expansão das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais completo do homem. Mas eu lhe peço desculpas. Ele ao mesmo tempo me homenageia e me envergonha bastante. (Marx, 1877)

É difícil pensar numa recusa mais explícita do teleologismo. Todavia, as advertências de Marx quanto ao cuidado necessário ao se analisar os diferentes momentos constitutivos de um processo histórico foram pouco observadas por seus seguidores. O que era hipótese, a ser necessariamente testada em cada caso concreto, passou a ser erroneamente interpretada como uma espécie de dogma a ser seguido de modo universal no decurso histórico de todas as sociedades. Daí o protesto marxiano contra a trivialização de sua teoria.

O método histórico em sua vertente mais produtiva

Exposta, de forma sintética, a concepção marxiana da história como um processo determinado, mas que transcorre sem uma finalidade prévia (podendo mesmo assim ser conhecido, a ponto de elaborarmos sobre ele uma ciência da história não seccionada do mundo real), voltemos agora à indagação mais particular que motiva o presente artigo. No que diz respeito ao mundo *contemporâneo*, qual seria o preciso lugar que cabe ao devir histórico para sua explicação? Será que o entendimento de nosso mundo pode em princípio ser derivado – como pretende o historicismo – de sua gênese? Já reunimos elementos para inferir que a resposta de Marx também a essa questão é negativa; mas, antes disso, convém explicitar em que particular contexto é produtiva a adoção de um método histórico.

Sim, pois em vários momentos de sua obra, ao analisar determinadas relações sociais já cristalizadas, é correto afirmar que Marx adota o chamado método histórico ou genético. *Desde que se faça a ressalva essencial: na sua melhor vertente (desmistificadora e não teleológica), tal método nos permite desvendar a gênese de um processo histórico-social já consumado, gênese que se tornou oculta pela forma acabada finalmente assumida pelos fenômenos.* Os exemplos da utilização de um método genético seriam inúmeros na obra de Marx, sendo particularmente elucidativa, a tal respeito, sua abordagem sobre o longo processo de transição da

sociedade feudal para a sociedade burguesa. Sabemos que é apenas num momento bastante avançado desse processo que surgem em cena indivíduos despossuídos de seus meios de produção, contrapostos aos proprietários privados dos mesmos. Por essa razão, num passo particularmente significativo de *O capital*, podemos ler que:

A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior [...]. (Marx, 1980, p.189)

Aqui, o caráter elucidativo da abordagem genética aparece enunciado com clareza: a forma finalmente assumida – a troca mercantil entre proprietários e não proprietários – encobre e oculta sua gênese. Contra essa mistificação, Marx aponta para a origem histórica da relação social, reconstituindo seus diferentes elementos. Tal procedimento é sempre necessário diante de todas aquelas abordagens naturalistas, que não se indagam sobre a proveniência do que estudam. Daí a reprovação de Marx ao procedimento dos economistas políticos que, ao desconhecem a gênese das relações que pesquisam, tomam-nas como análogas aos fenômenos que ocorrem na natureza, incorrendo numa espécie de eternização de seus objetos de estudo (a propriedade privada, por exemplo, como natureza...). Frente a esse equivocado naturalismo, persistente ainda nos dias de hoje, a análise da gênese consegue demonstrar que, por trás de um resultado cristalizado, existe um conjunto de relações subjacentes produzidas por um mecanismo social determinado. Não tomar como natureza aquilo que é na verdade o resultado de um processo histórico; tal seria talvez a síntese – aliás bem conhecida – da vertente produtiva do método histórico.

Se quisermos apresentar um segundo exemplo de um uso afirmativo de tal método, agora não mais na transição da sociedade feudal para a capitalista mas já no interior mesmo da última, podemos recorrer à análise marxiana do fetichismo da mercadoria. Pois o que tal análise faz é mostrar os bastidores que produzem o brilho fetichizado da mercadoria, evidenciando a presença instituinte do trabalho humano como o responsável desse aparecer. Quando percorremos hoje os *shoppings*, e vemos por exemplo centenas de pares de tênis de marca pousados sobre um pequeno pedestal giratório e iluminados por um feixe de luz, ali estamos vendo as mercadorias em seu momento máximo de fetiche. Elas aparecem como entes desconectados da atividade social – um certo tipo de trabalho – que lhes deu origem. O que não vemos é precisamente o trabalho anônimo, fragmentado e mal remunerado, que é o responsável pelo aparecer desse brilho fetichizado. De modo resumido, tais seriam alguns exemplos da adoção de um procedimento histórico ou genético em sua vertente mais produtiva: ali onde havia um ente que surgia como forma acabada, a análise marxiana incide demonstrando sua gênese oculta.

“O marxismo não é um historicismo”

Exposta a produtividade do método genético – e as condições precisas em que cabe a sua utilização – nosso passo seguinte será apontar para aquelas outras configurações em que já não é mais possível um uso adequado de tal método. Já sabemos que Althusser nomeia esta última vertente como *estrutural*, e que seria ela, em seu entendimento, a mais genuína contribuição de Marx. Um dos exemplos mais nítidos dessa vertente pode ser encontrado, também na polêmica marxiana com os economistas, na tese de que, para o correto entendimento da sociedade burguesa, a primazia não cabe à sucessão genética das categorias da economia política, mas à sua articulação interna finalmente assumida no momento presente. A introdução metodológica aos *Grundrisse* reitera este entendimento:

A renda da terra não pode ser compreendida sem o capital. Mas o capital é perfeitamente compreensível sem a renda da terra. [...] Seria impraticável e falso portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, pelo contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que *é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico*. (Marx, 2011, p.60; grifos nossos)

Para aqueles que veem no marxismo uma filosofia da história de cunho hegeliano, a passagem é de fato surpreendente: ela afirma que buscar entender a complexidade atual da economia burguesa a partir da sucessão histórica de suas categorias é não só impraticável como propriamente errôneo: a renda da terra, categoria historicamente anterior ao capital, acaba por ser subordinada e profundamente alterada pela lógica desse último. Marx nos fornece indicações de que, a partir da emergência do capital como categoria predominante, a sociedade burguesa produz o que poderíamos nomear como um *reviramento* de suas categorias originárias, que passam agora a se remeter à nova realidade. *Há aqui uma descontinuidade real entre a gênese histórica e sua forma posterior*.

Os *Grundrisse*, manuscritos preparatórios de *O capital*, nos fornecem elementos adicionais para abordarmos essa singular temática.⁷ Talvez pelo texto se constituir numa espécie de laboratório conceitual de Marx – em que ele pode ser surpreendido problematizando sua própria reflexão –, encontraremos abundantes indicações que tocam no método e nos bastidores do processo de criação do próprio Marx:

7 É bem pesquisado entre os estudiosos de Marx o fato de os *Grundrisse* veicularem várias formulações hegelianas. Buscamos evidenciar aqui que, não obstante esta influência, o referido texto chega a conclusões *muito* distintas das do próprio Hegel. Sobre este aspecto em particular, ver Mészáros (1981).

nosso método indica os pontos onde a análise histórica tem de ser introduzida, [...] Por essa razão, para desenvolver as leis da economia burguesa não é necessário escrever a *história efetiva das relações de produção*. Mas a sua correta observação e dedução, como relações elas próprias que devieram históricas, levam sempre a primeiras equações – como os números empíricos, p. ex., nas ciências naturais – que apontam para um passado situado detrás desse sistema (Marx, 2011, p.378; grifos no original).

Ao se levar a sério tais considerações, percebe-se que a teoria do valor desenvolvida em *O capital* acompanha bem de perto algumas das indicações destes manuscritos de 1857-1858.⁸ Pois quando, no texto posterior, Marx apresenta a forma simples do valor (“x da mercadoria A = y da mercadoria B ou x da mercadoria A vale y da mercadoria B”), ele está se movendo num plano sistemático – estrutural, se quisermos –, em que a origem histórica dessa equação, embora sem dúvida muito relevante, já não ocupa o primeiro plano da argumentação, que estava inicialmente no interior daquelas categorias já constituídas. Contudo, no decurso de sua análise da forma simples do valor, aparecerão determinações históricas que apontam para “um passado situado detrás desse sistema”. Nesse caso, *o método, sem ser exatamente um método genético, ainda assim sinaliza para aqueles pontos no qual há uma espessura temporal nodulada (que admite uma análise histórica)*. Um belo exemplo disso é a análise das razões (feita já no capítulo 1 de *O capital*) pelas quais Aristóteles não conseguiu decifrar o “segredo da expressão do valor”. Longe de tais razões se relacionarem a algo como uma deficiência intelectual do próprio filósofo grego – hipótese ociosa... –, elas devem ser procuradas sobretudo nas “limitações históricas da sociedade em que viveu” (Marx, 1980, p.68). A escravidão vigente na Grécia Antiga, com sua desigualdade entre os homens, era o limite objetivo que impedia a formulação da basilar categoria trabalho em geral (que afirma, sob um certo ponto de vista, a igualdade dos trabalhos humanos). Apenas séculos mais tarde, Adam Smith, vivendo numa sociedade burguesa já desenvolvida, conseguiu chegar a tal formulação. Vemos agora que não é preciso estar comprometido com o hegelianismo – diferentemente do que supunha Althusser – para se aceitar este lúcido registro de avanços teóricos ocorridos na formulação categorial da economia política. O leitor de *O capital* se depara com estas e outras riquíssimas considerações históricas, que sem dúvida admitem o aprofundamento de uma análise temporal criteriosa, *mesmo que não se confundam com a lógica imanente que passa a presidir a formação social contemporânea*.

Por isso mesmo, a hipótese que sustentamos é que *as considerações de Marx sobre a insuficiência de uma abordagem apenas genética para o correto enten-*

8 Mas certamente não existe identidade entre os dois textos: é bem conhecido o fato de Marx iniciar *O capital* – diferentemente dos *Grundrisse* – com uma análise da mercadoria, e não do dinheiro (apenas para citar uma dentre outras diferenças com consequências teóricas).

dimento da sociedade burguesa atual não o levaram a secundarizar a pesquisa histórica propriamente dita. Mais do que isso, sustentamos que tal pesquisa não deve ser nomeada como um momento secundário na reflexão de Marx, e nem muito menos como um historicismo: se assim o fizermos incorreremos numa desfiguração considerável de sua concepção de mundo.

Para fundamentar tal hipótese, será preciso enfrentar agora a seguinte questão: como é possível articular as passagens que recorrem ao processo histórico como elemento explicativo de fundo – não é a natureza quem produz “possuidores de dinheiro ou de mercadorias”, como vimos mais atrás – com aquelas outras afirmações, citadas ainda agora, que nos apontam para a insuficiência de uma explicação apenas histórica? Já sabemos qual é a resposta de Althusser para tal pergunta: estaríamos diante de um limite do próprio Marx que, ainda muito preso a Hegel, não teria conseguido diferenciar plenamente seu pensamento de seu antigo mestre (Althusser, 1969, p.132-137). Todavia, cremos que há outros encaminhamentos, mais produtivos, para tal questão.

Impossível não trazer aqui para o debate um texto marxiano que, iniciando-se de uma forma que evoca Hegel (em sua chamada dialética do *posto e do pressuposto*) finda por chegar a *conclusões bem distintas do mestre de Jena*. Assim é que, novamente nos *Grundrisse*, encontramos uma formulação preciosa sobre a relação existente entre os pressupostos históricos do capital e a sua forma posta, já plenamente desenvolvida. A referência imediata da passagem é a demonstração de que, se o primeiro capital adicional obtido pelo capitalista ainda poderia ser relacionado com a poupança prévia do próprio capitalista, isso já não mais ocorre nos momentos posteriores da acumulação:

Estes pressupostos, que originalmente apareciam como condições de seu devir – e, conseqüentemente, ainda não podiam nascer de sua ação *como capital* –, aparecem agora como resultado de sua própria efetivação, de sua efetividade, como condições *postas* por ele – *não como condições de sua gênese, mas como resultados de sua existência*. [...] Por isso, as condições que precediam a criação do capital excedente I, ou que expressam o devir do capital, não pertencem à esfera do modo de produção ao qual o capital serve de pressuposto; situam-se por detrás dele como etapas preparatórias de seu devir, da mesma maneira que os processos pelos quais passou a Terra, de um mar líquido de fogo e vapor à sua forma atual, situam-se além de sua vida como Terra já acabada. (Marx, 2011; p.378, grifos no original)

Estamos aqui diante de uma articulação tensa entre os pressupostos históricos do capital (sua gênese) e o seu devir posterior (a estrutura operante no momento contemporâneo). Curioso é notar que, a rigor, Marx não descarta nenhum dos dois polos constitutivos dessa relação. Ainda que o texto de fato enfatize mais a configuração atual de tal ente em processo que é o capital, seu prosseguimento não esvazia de importância a história da sua própria formação. O que Marx nos mostra

é que o ser autônomo para si – o capital efetivamente posto – *consegue produzir como resultado aquilo que era originariamente o seu pressuposto*. Mas é no interior mesmo desse processo histórico mais geral que se produz a configuração que altera e modifica seus momentos formadores. *Reiteramos: se a terminologia evoca Hegel, suas conclusões são afinal bem distintas*; o primado é do real objetivo, e não da exteriorização do espírito. E, mais ainda, não há aquela peculiar circularidade hegeliana nesse que é afinal um processo em aberto analisado por Marx. E, adicionalmente, a significativa referência marxiana ao fato de que também a forma finalmente assumida pelo nosso planeta Terra ultrapassa em muito sua origem remota como “mar fluente de fogo e vapores” parece corroborar a hipótese daqueles estudiosos que afirmam que há uma ontologia presente no pensamento de Marx; a análise do mundo social não prescinde de seus fundamentos na própria natureza modificada. Ao longo do século XX, alguns autores marxistas foram sensíveis ao ponto aqui sob exame, como por exemplo G. Lukács que, ao final de sua vida, fez um registro que se articula de modo próximo às preocupações aqui expostas:

Marx elaborou principalmente – e esta eu considero a parte mais importante da teoria marxiana – a tese segundo a qual a categoria fundamental do ser social, e isto vale para todo ser, é que ele é histórico. Nos *Manuscritos* parisienses, Marx diz que só há uma ciência, isto é, a história, e até acrescenta: “Um ser não objetivo é um não ser”. (Lukács, 1999, p.145)

Situando-nos desse ponto de vista, cabe afirmar, como faz Lukács, que a “historicidade constitui a categoria fundamental de todo ser”, sua determinação incontornável, que deve ser levada em conta na análise dos processos de longa duração. Apenas para mencionarmos um exemplo decisivo, o processo de evolução das espécies analisado por Darwin é decididamente um processo histórico. Ao contrário da cosmologia bíblica até então predominante, o naturalista demonstra que as diferentes espécies de animais e plantas se transformam até o ponto de se tornarem irreconhecíveis ao longo do tempo.

A referência a Darwin é aqui necessária: foi ele quem, por assim dizer, deu uma história ao mundo natural (para grande desgosto dos fixistas...); nesse sentido, é um aliado do marxismo. O próprio Marx detectou isso com clareza e, durante sua leitura de *A origem das espécies* escreveu a Engels (em 19/12/1860) que “neste livro se encontra o fundamento histórico-natural de nossa concepção”.⁹ Observação forte – pois um *fundamento* é algo essencial na obra de um pensador –, que nos mostra que a tese da historicidade do ser foi detectada por autores da magnitude de Marx e Darwin.

9 Por outro lado, são bem conhecidas as reservas de Marx quanto à transposição – que teria sido feita por Darwin – de categorias típicas de uma sociedade capitalista para o âmbito dos fenômenos e processos naturais. Discutimos com maior detalhamento este tópico em Martins (2010).

Isso posto, o passo seguinte a ser efetivado é demonstrar o desenvolvimento de estruturas sociais que, embora não infirmem a tese da historicidade do ser, adquirem uma lógica peculiar de funcionamento. Assim, quando realizamos um corte temporal mais delimitado na história humana, deparamo-nos com configurações, com modos de produção, dirá Marx, que mesmo tendo sem dúvida uma origem histórica incontornável, organizam-se segundo uma lógica peculiar, que é a lógica própria de suas categorias principais, e que já não pode mais ser identificada com sua origem histórica.

Com relação a esse último aspecto, existe aqui um ponto de densidade conceitual mais ampla, que convém explicitar melhor. Pois o fato é que a *descontinuidade entre a gênese e seus momentos posteriores pode ser detectada mesmo na relação existente entre o ser social e a sua fundação ontológica mais arcaica, que pode ser encontrada na biologia*. Embora a fundação biológica seja insuperável – chega a ser um truismo lembrar que precisamos nos alimentar diariamente, pois somos seres biológicos... –, permanecer apenas em tal constatação pouco faz avançar o debate sobre nossas relações sociais: a partir da plena vigência dessas últimas, *ingressamos num patamar distinto de causalidade*, que embora surgido a partir da biologia, dela se diferencia e adquire uma feição peculiar.

Dito de outro modo: a realidade emergente, a realidade que veio à tona ao longo do transcurso histórico, adquire uma lógica própria que, embora sem dúvida muito devendo a seus momentos formadores, ultrapassa-os e se constitui como feixe de relações diferenciadas. Nas palavras da *Miséria da filosofia*, corretamente destacadas por Althusser em sua importância, trata-se agora de um “corpo social, no qual todas as relações coexistem simultaneamente, sustentando-se umas às outras” (Marx, 1982, p.107).

* * *

A articulação tensa entre o transcurso histórico e a hierarquia categorial de uma determinada formação social pode ser acompanhada na própria sequência expositiva adotada finalmente por Marx na última versão de sua grande obra. Assim é que, após o longo trajeto realizado em seus diferentes manuscritos preparatórios, encontramos em *O capital* uma alternância entre os capítulos mais abstratos e aqueles nos quais Marx adota uma perspectiva mais marcadamente histórica. Os primeiros podem ser ilustrados exemplarmente pelo capítulo 1, densa apresentação sistemática da teoria do valor; dentre os segundos, podemos citar o capítulo sobre a *jornada de trabalho*, investigação pormenorizada sobre os avanços e recuos na luta dos trabalhadores por uma redução do tempo de trabalho. O que é preciso frisar é que *o leitor que optar por investir apenas em uma dessas duas vertentes de argumentação estará comprometendo seriamente sua compreensão do pensamento de Marx*. O risco aqui é reduzi-lo ou a uma apreensão sobretudo abstrata da lógica capitalista (que supostamente se sustentaria para além de seus

conteúdos históricos), ou então a uma exposição do processo histórico que não estabelece uma relação intrínseca com a organização categorial que Marx busca tornar visível.

Mas ora, foi precisamente a redução que caracterizou a maior parte da recepção da obra de Marx! Apenas como exemplo, ouçamos como Norman Levine comenta a contribuição de Gerald Cohen (que muito involuntariamente ecoa algumas teses althusserianas) sobre a teoria da história marxiana:

A história não desempenha nenhum papel na análise da natureza sincrônica, lógica e estrutural de uma totalidade, e a estrutura lógica e sincrônica de uma totalidade diz-nos pouco ou nada sobre o seu desenvolvimento temporal. (Levine, 2006, p.73)

Por tudo que já apresentamos, não resta dúvida que tal enunciado distorce o sentido mais profundo da concepção de Marx: afirmação de modos simultaneamente distintos e interligados de se conhecer uma realidade. Ao invés disso, ao longo do século XX, passamos a ter o “Marx dos filósofos” (que destaca temas como aqueles relacionados ao “sujeito automático”, à presença de Hegel em sua obra, ao trabalho abstrato etc.), mas que quase não estabelece diálogo com um suposto “Marx dos cientistas sociais” (que, por sua vez, se ocuparia preferencialmente dos processos sócio-históricos, a ênfase recaindo sobre os conteúdos veiculados pelas classes em conflito). Ou, poderíamos ainda mencionar, no debate sobre a teoria do valor realizado pelos economistas, a tendência equivocada a considerá-lo (o valor) como uma verdadeira enteléquia, entidade lógica abstraída do conflito e da violência social que lhe marcam indelevelmente.

Talvez seja nossa formação demasiadamente cartesiana (aliada aos efeitos nefastos da divisão do trabalho intelectual predominante nas universidades) que nos faz supor que uma análise avança quando estabelece disjuntivas entre os fenômenos que estão sendo pesquisados. Quando procedemos assim, perdemos o caráter propriamente dialético do pensamento de Marx que, ao fim e ao cabo, não autoriza que se dicotomize, por exemplo, as categorias de análise do substrato real que lhes dá origem. Neste aspecto em particular concordamos com a observação de José Arthur Giannotti: “Althusser, em sua grandiosa coerência, separa radicalmente o objeto do conhecimento e o objeto real, nem que isso lhe custe defasar todo o resto das categorias marxistas” (Giannotti, 1975, p.100). Contra esta cisão radical, é preciso incorporar o ensinamento de passagens da teoria do valor marxiana, que apontam para a existência de uma *abstração real* operando no próprio mundo mercantil-capitalista (por exemplo, no âmbito da análise que Marx faz do trabalho humano abstrato). Vale a ressalva que tal constituição “nada tem a ver nem com a prática teórica nem com os pressupostos da tradição epistemológica do positivismo” (Giannotti, 1975, p.93).

A categoria *trabalho em geral*, reiteramos nós, só conseguiu ser elaborada por Adam Smith graças a um desenvolvimento histórico (e não apenas pela genialidade –

de resto inegável – do economista inglês), que encontrou sua contrapartida nas novas categorias da economia política. Na formulação de síntese da introdução aos *Grundrisse*, podemos ler que “as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico” (Marx, 2011, p.57). Ou seja: *ali onde Althusser enxerga apenas um hegelianismo a ser expurgado e nos propõe, além disso, uma cisão radical entre categorias do pensamento e o próprio real, Marx nos afirma um peculiar modo de fundação das primeiras no segundo.*

Considerações finais

A polêmica com o historicismo não tem repercussões somente no âmbito do debate filosófico. Também no que diz respeito à pesquisa em ciências sociais é possível identificar avanços relevantes realizados por aqueles que, corretamente, recusaram uma ênfase unilateral apenas na gênese histórica de uma dada formação social. Em nosso país, tivemos um intelectual marxista bastante sensível e crítico às consequências de uma distorção dessa ordem. Referimo-nos ao sociólogo Florestan Fernandes, responsável por uma bem-vinda descontinuidade nos estudos deste campo temático. Sabemos que durante décadas boa parte da ciência social brasileira debateu-se no interior de um certo núcleo teórico, que buscava no encontro das “três raças tristes” (uma suposta origem histórica) aquilo que definiria a singularidade de nosso país. Em contrapartida, F. Fernandes – que não era um althusseriano, mas dispunha de um considerável percurso em certos textos de Marx – nos mostra os limites daquelas abordagens, que não conseguiam ultrapassar uma representação afinal muito limitada de uma complexidade histórica e social (Fernandes, 1976).

Seguindo algumas indicações do sociólogo paulista (também presentes em Caio Prado Júnior), podemos afirmar que, no debate sobre as graves contradições da sociedade brasileira atual, costuma-se atribuir um peso demasiado ao seu passado de Colônia. Tudo se passa como se, para inúmeros autores, o Brasil Colônia tivesse as costas muito largas... Sempre se pode atribuir a ele todas as mazelas contemporâneas. Não duvidamos que o passado colonial brasileiro foi decisivo para a configuração assumida pela sociedade brasileira atual – e se presentifica mesmo nos dias de hoje. Frisamos apenas que uma ênfase unilateral nesse passado termina por obscurecer a emergência de novas determinações, que correspondem a um outro estágio do processo histórico e que demandam análise própria. Além disso, chama a atenção o fato de que aqueles que atribuem todos os males do Brasil ao seu passado colonial têm proporcionalmente escassas considerações a oferecer sobre as relações atuais nas quais nosso país está inserido: sua posição subordinada na divisão do trabalho internacional, a vigência de processos de dominação imperialistas etc. Ademais, lembremos também que não existe mais nenhum local do Brasil contemporâneo imune à lógica mais recente do sistema de acumulação. Diferentemente do que supõem hoje alguns defensores de um ecologismo ingênuo (que buscam num suposto Brasil profundo aquela que seria

a verdade de nosso povo), é preciso frisar que, mesmo no rincão mais recôndito do território, os circuitos do valor em expansão já se manifestam com força, ingressando naquela *atmosfera saturada do capital* a que Marx se referia.

Retornando, por fim, ao próprio L. Althusser em sua polêmica com o historicismo, diríamos que ele sem dúvida detectou uma questão relevante que continua merecendo toda nossa atenção. Porém, do ponto de vista aqui sustentado, o modo como o filósofo francês encaminhou a questão foi bastante parcial, por não conseguir estabelecer uma relação mais afirmativa com o processo histórico real. É importante registrar, ainda, a presença de algumas persistentes dicotomias no argumento althusseriano: o objeto real é radicalmente distinto do objeto do conhecimento, a história real deve ser radicalmente diferenciada da ciência da história etc. Daí a disjuntiva que ele nos apresenta sobre o que supõe ser uma “queda” da ciência na história:

A queda da ciência na história só é aqui o índice de uma queda teórica: aquela que precipita a teoria da história na história *real*; reduz o objeto (teórico) da ciência da história à história real; *confunde, portanto, o objeto do conhecimento com o objeto real*. Esta queda não é outra coisa que a queda na ideologia empirista... (Althusser, 1969, p.145-146; grifos nossos)

Procedendo assim, o filósofo francês desconhece algumas decisivas passagens de Marx (que se buscou aqui recuperar e desenvolver) nas quais se aponta não para uma dicotomia excludente, mas para uma *relação* entre ciência e história, entre estruturas cognoscíveis e processos reais. É por tal via que a abordagem marxiana nos convida a visualizar o transcurso da história como um processo que, embora imprevisível, pode ser conhecido. Percorrendo então um trajeto distinto do estruturalismo do século XX, e diferenciando-nos de uma certa disjuntiva que esse mesmo estruturalismo nos legou, podemos agora afirmar que, de fato, o marxismo não é um historicismo.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. O marxismo não é um historicismo. In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, É.; ESTABLET, R.; MACHEREY, P.; RANCIÈRE, J. *Para leer el capital*. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1969.
- _____. Aparelhos ideológicos de Estado. In: *Posições 2*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. Elementos de autocritica. In: *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- COHEN, G. Forças produtivas e relações de produção. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.31, p.63-82, 2010.
- ENGELS, F. Carta a Bloch (21-22 de setembro de 1890). In: MARX, K; ENGELS, F. *Obras escolhidas*, v.3. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.
- GIANNOTTI, J. A. Contra Althusser. In: *Exercícios de filosofia*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

- HEIDEGGER, M. *Introdução à metafísica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- . *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- KOLAKOWSKI, L. *Main currents of marxism*. New York: WW Norton & Co., 2005.
- LEVINE, N. *Divergent paths: Hegel in marxism and engelsism*. Lanham: Lexington Books, 2006.
- LUKÁCS, G. *Pensamento vivido*. Santo André/Viçosa: Ad Hominem/Ed. UFV, 1999.
- MARTINS, M. V. História e teleologia em Darwin e Marx: para entender um debate. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.78-93, maio-agosto 2010.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- . *Grundrisse*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Ed. UFRJ, 2011.
- . Letter to Editor of the *Otecestvenniye Zapisky* (11/1877). Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1877/11/russia.htm>>. Acesso em: junho 2011.
- . *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- . *Miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- . *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- ; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Lisboa: Edições Avante, 1981.
- . The Communist Manifesto. In: *Collected Works*, v.6. London: Lawrence & Wishart, 1976.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

communist project for changing society. The author argues that, if one can not speak of a moral of Marx, one should speak of a moral in Marx, to contemplate the extraordinary normative scope of his work and not hide his persistent power of encourage the practice until today.

Keywords: Moral, Ethics, Materialism, Capitalism.

“O marxismo não é um historicismo”: acertos e limites de uma tese althusseriana

MAURÍCIO VIEIRA MARTINS

Resumo: “O marxismo não é um historicismo”, escreveu L. Althusser já nos anos 1960. Mesmo não sendo este um artigo focado apenas no filósofo francês, trazemos aqui seu mote para, a partir dele, fazer um movimento duplo. Num primeiro momento, discutiremos as efetivas insuficiências de uma abordagem apenas histórica para o entendimento da sociedade capitalista contemporânea. Porém, logo a seguir, sustentaremos que o puro rebaixamento teórico de uma análise histórica tampouco faz jus à complexidade do pensamento marxiano. Em síntese, nosso objetivo é tornar mais transparente o peculiar relacionamento entre estruturas sistemáticas e a história viva dos homens, relacionamento complexo, que não autoriza que se esvazie a importância de quaisquer de seus elementos constitutivos. Para tanto, será necessário o retorno a alguns aspectos nevrálgicos da argumentação do próprio Marx que, em nosso entendimento, ainda demandam análise.

Palavras-chave: Marxismo, Historicismo, Estruturas sincrônicas, Althusser.

Abstract: “Marxism is not a historicism”, wrote L. Althusser in the in the 1960s. Even though this article is not exclusively focused on the French philosopher, we bring up his statement, and from it, create a double movement. In the first place, we will discuss the shortcomings of a purely historical approach to understand contemporary capitalist society. However, soon after, we will contend that the pure theoretical demotion of a historical analysis does not do justice to the complexity of Marxist thought. In short, our goal is to render more transparent the peculiar relationship between systematic structures, and the living history of men, a complex relationship, which does not allow one to dismiss the importance of any of the constituent elements. To this end, it will be necessary to return to some crucial aspects of Marx himself, that in our understanding can still be further developed.

Keywords: Marxism, Historicism, Synchronic structures, Althusser.